PRO-DOCÊNCIA
Revista Eletrônica das Licenciaturas/UEL

A DIMENSÃO GEOPOLÍTICA DA QUESTÃO AMBIENTAL

Marcos Antônio Fávaro Martins[1]
Diego Pianovski[2]

RESUMO: O presente artigo tem por objetivo refletir sobre a dimensão Geopolítica da questão ambiental, tendo em vista que o fim da guerra fria não marcou a derrocada dos conflitos armados nem do jogo de interesses nas relações internacionais. Partimos da premissa que os Estados são diferentes, em primeiro lugar, pela sua configuração física, tendo o desenvolvimento tecnológico um importante papel para a Geopolítica desde os seus primeiros modelos; e consideramos o poder nacional e seus três componentes: o poder militar, o poder econômico e o poder ideológico. Em seguida, constatamos que no campo do desenvolvimento, os efeitos do atual modelo degradam a capacidade ecológica do planeta, tornando perigosamente escassos os recursos mais elementares à manutenção da vida sobre a Terra e forçando fortes ações dos Estados com vistas ao suprimento dos recursos necessários. A escassez de recursos cruciais à humanidade e a ascensão de novos países industrializados, entre outros aspectos, possibilitam a análise da questão ambiental segundo o Modelo Geopolítico cujo principal contraste passa a ser Norte e Sul e não mais Leste e Oeste com em outrora. Segundo nossa perspectiva abre-se uma gama de possibilidades para países como o Brasil, que possuem uma boa quantidade de fundos territoriais a serem efetivamente ocupados e que ainda tem escolhas importantes a serem feitas, às quais podem recair sobre o setor secundário, visto que a indústria possui maior potencial para o desenvolvimento sustentável que a agricultura, garantindo pleno emprego e autossuficiência tecnológica.

PALAVRAS-CHAVE: Geopolítica Ambiental; Crise Ambiental; Conflito Norte-Sul.

[1] Graduado em Geografia pela Universidade estadual de Londrina (UEL); Mestre em Integração da América Latina pelo Programa de Pós-graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (PROLAM/USP) e doutorando pelo mesmo programa. Professor do Curso de História das Faculdades Integradas Tereza Martin de São Paulo. E-mail: marcosfavaro84@gmail.com
[2] Licenciado em Geografia pela Universidade estadual de Londrina (UEL); Aluno da Especialização em Ensino de Geografia na mesma instituição. Colaborador do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), financiado pela Capes. E-mail: diego_trb@hotmail.com

INTRODUÇÃO

A questão ambiental moderna toma corpo nos anos de 1970 e atinge cada vez mais importância no campo internacional, especialmente após a década de 1980. Geralmente, o tema é visto como detentor da possibilidade de uma nova forma de unidade mundial que pode efetivar a unidade da humanidade e ser um amálgama nas relações internacionais, rumo à sociedade ideal regida pelas leis e objetivos comuns. No plano do discurso, a ideia é recebida com êxtase, entretanto, na prática, o argumento não se sustenta, pelo menos diante da realidade mundial que subsiste até o presente momento.

O fim da guerra fria não marcou a derrocada dos conflitos armados e do jogo de interesses nas relações internacionais, mas, ao contrário, os acentuou. No mesmo período, a aceleração do consumo dos recursos do planeta, distribuídos naturalmente de forma desigual sobre o globo, contribuiu para a proliferação do discurso ambiental. Entretanto, costuma-se esquecer da dimensão política da questão ambiental, escamoteando os interesses por detrás dos holofotes, o mesmo ocorre com a dimensão Geopolítica.

Assim, o presente artigo se propõe a discutir a dimensão geopolítica da questão ambiental, procurando articular as relações de poder entre os Estados, considerando os aspectos geográficos e demonstrando a existência de um conflito com características de embate entre o Norte e o Sul. Essas ideias se contrapõem a muitas análises que tem no indivíduo, nos aspectos físico-químicos ou no idealismo da cooperação internacional seu foco central. Sobre as reflexões apresentadas, certamente aparecerão críticas e contrapontos, o que é fundamental para o avanço da reflexão ambiental, especialmente no tão necessário campo político.

O artigo está dividido da seguinte forma: em primeiro lugar são feitas algumas considerações sobre a natureza da geopolítica e do poder nacional. Em seguida, enfocamos a dimensão geopolítica da questão ambiental ao considerar a escassez de recursos, sua distribuição, o grau de industrialização dos diferentes países e a importância da biodiversidade para a indústria tecnológica. Por fim, são feitas algumas

considerações finais, inserindo o Brasil no campo de possibilidades Geopolíticas que se descortinam no horizonte.

GEOPOLÍTICA E PODER: ESBOÇO CONCEITUAL

Geopolítica é o conjunto de conceitos e procedimentos que permitem avaliar a capacidade dos Estados por meio de suas características territoriais. Vidal de La Blache escreveu, certa vez, que o espaço geográfico é o lugar onde dormem as energias depositadas pela natureza e, com efeito, é da heterogeneidade de recursos e da consequente distribuição desigual das possibilidades estratégicas pela superfície do planeta que se fundamenta a Geopolítica, tendo os Estados como agentes fundamentais.

O Estado é, segundo a definição debatida por Everaldo Backheuser[3] (1948), o conjunto indissociável de um território, um povo e instituições, sendo que, esse último elemento é indispensável para a organização e regulação dos processos que transformam territórios e influenciam na organização da sociedade.

Estados são diferentes, em primeiro lugar, pela sua configuração física. Eis o ponto de partida da abordagem geopolítica. Brasil ou Argentina tem mais possibilidades ao desenvolvimento econômico que qualquer ilha do Caribe por questões óbvias de configuração territorial. O isolamento dos EUA em relação às potências euro-asiáticas fez dele o maior poder marítimo mundial; o fato de possuírem a principal fonte de energia do mundo contemporâneo dá importância ímpar ao Oriente Médio, fornecendo aos países dessa região a capacidade de influenciar no desenvolvimento econômico e estabilidade de praticamente todo o mundo (como ocorreu em 1973) e, por outro lado, tornando-a alvo de interesse por parte das potencias mundiais com vistas ao controle regional (é o que vemos hoje).

[3] O primeiro a formular uma doutrina com foco no elemento territorial do fenômeno estatal foi Friedrich Ratzel (1844-1904). Em parte influenciado pela ecologia de Haeckel (1834-1919), em parte por suas experiências pessoais como oficial na guerra franco-prussiana e jornalista nos Estados Unidos, Ratzel formula as leis do crescimento espacial dos Estados, úteis para a compreensão do expansionismo que, em fins de século XIX era uma tendência dominante. Todo este aparato teórico, que o autor sistematizou em sua “Geografia Política” serviu de base para a formulação de toda a Geopolítica posterior. Ratzel contou com um número grande de interlocutores, nem todos geógrafos, como foi o caso de Rudolf Kjellén (que criou o termo “Geopolítica”), Hellen Semple e, no Brasil, Everaldo Backheuser (MORAES, 1990).

Da mesma maneira, o curso do desenvolvimento tecnológico tem um papel importante a cumprir. Até os anos de 1970 países exportadores de cobre possuíam grande importância estratégica porque a circulação de energia elétrica e as comunicações dependiam de sobremaneira deste recurso. A invenção da fibra ótica relativizou a importância desse elemento químico e facilitou o processo de produção, visto que a matéria-prima da qual ela deriva é abundante na superfície terrestre, trata-se da areia. As florestas tropicais são as maiores reservas de biodiversidade do planeta, e a posse delas começa a ter importância, que será crucial, a partir do momento em que o material genético passar a ter aplicação industrial, abrindo, assim, um leque até antes inimaginável[4]. Além disso, grande parte dos recursos minerais ainda disponíveis à exploração estão fora dos centros de consumo do capitalismo desenvolvido, na África, na América do Sul e na Ásia.

O desenvolvimento tecnológico é um componente importante para a Geopolítica desde os seus primeiros modelos. Ratzel dava papel capital para o domínio técnico no processo de sedentarização dos povos e na constituição dos territórios estatais (MORAES, 1990); Mackinder apostava na vivificação do *heartland* euro asiático por meio da implantação das ferrovias russas para edificação de um Império universal (COSTA, 1992); já Spykman usou como argumento para contrapor contra os isolacionistas estadunidenses as novas capacidades da aviação militar que, em seus vôos transoceânicos, poderia reduzir a "*fortaleza continental*" norte americana a completa nulidade (MELLO,1999). Cabe também dizer que a Geopolítica está limitada em suas conclusões se não for acompanhada pelo conceito de *poder nacional*, onde se figuram como grandes formuladores os Analistas Hans Morgenthau (1904-1980) e Ray Cline (1918-1996).

O poder nacional, nada mais é, do que a capacidade de um Estado impor sua vontade frente a outros Estados sem constrangimentos de ordem econômica e militar

[4] Um preâmbulo disso teve início nos anos de 1970, tidos por alguns como o período de emergência da Terceira Revolução Industrial. A partir deles, muitas áreas do conhecimento sofreram transformações significativas como, por exemplo, introdução de novas tecnologias, como a fusão de protoplasmo e a tecnologia do DNA recombinante aplicada nas diferentes escalas biológicas. A biotecnologia, a química fina, a engenharia de materiais entre outras áreas, tem aberto possibilidades nunca antes imaginadas pelo ser humano e reafirmado a importância estratégica da biodiversidade como fonte de matéria-prima para os mais diversos campos.

(CASTRO, 1996, p.226). Assim, ainda que sujeita a subjetivismos e com uma complexidade de aplicações que só aumentam na medida em que o processo globalizante se acelera, o poder nacional pode ser traduzido pelo grau de autonomia conseguido por um Estado frente às complexidades da sociedade global.

Como é apresentado, tanto por Cline (1980) como por Morgenthau (2003), o conceito de poder nacional é útil pela sua objetividade e por possibilitar abordagens quantitativas que permitem a eficiência em estudos comparativos, como também possibilitam a avaliação do grau de melhoria das capacidades estratégicas de um dado período.

Em um esforço de síntese, os fatores de fortalecimento do poder nacional seriam o território (avaliado segundo sua extensão e sua posição); a população (avaliada em sua quantidade e seu grau de instrução), os recursos naturais, a segurança alimentar, a capacidade industrial, a capacidade militar, a eficiência e abrangência diplomática e a eficiência do governo (MORGENTHAU, 2003). Como o leitor percebe, existe um grau de interdependência entre os fatores e o território no conjunto, tem uma importância integradora: é nele que se alocam os recursos naturais, é dele que se tem a prodigalidade da agricultura como, também, o fenômeno da alocação industrial e demográfica acaba sendo um problema de lógica territorial.

Mesmo as superpotências têm dificuldades de garantir sua autossuficiência em todos estes setores, sendo que, o bom domínio na maior parte deles, redunda em menor dependência de outros Estados e maior margem de ação em termos de política de poder (MORGENTHAU, 2003).

A palavra *poder* se refere a uma capacidade de indivíduos e de grupos. Ele redunda no grau de possibilidade de uma comunidade ou de um indivíduo de atingir seus objetivos ou de influenciar no comportamento de outros indivíduos ou grupos. *Poder* implica em liberdade de ação que se manifesta até o limite imposto pela liberdade dos outros. Da mesma forma, os Estados objetivam gerenciar um território e controlar uma população obtendo, daí, um saldo positivo de poder que vai ser projetado em uma política de afirmação para a sociedade internacional.

No primeiro pós-guerra Edward Carr (1913-1972), foi quem melhor debateu como se dá a aplicação do poder na sociedade internacional. Para ele, três eram as dimensões

do poder do Estado nas relações internacionais: O poder militar, o poder econômico e o poder ideológico.

A capacidade militar está baseada nos meios de destruição e no acesso militar que uma potência possui em escala continental e global. Ele vai ser utilizado para contrapor outras em épocas em que se verificam disfunções no sistema de equilíbrio de poder de um dado sistema ou, em intervenções de menores, onde o que se está em jogo é a manutenção do poder de uma potência dentro de sua esfera de influência.

O poder econômico tem sido constantemente apontado pelos analistas de linhagem liberal como o principal instrumento de controle dos Estados fortes. Neste sentido, a exportação do capital, ou seja, os investimentos tem um papel preponderante a cumprir (NYE JR, 2002). A política de investimentos das grandes potências contribui, desde o século XIX, para a satelitização de Estados menores por meio de liames de dependência econômica (CARR, 2001). Neste caso, a retirada repentina ou o congelamento de investimentos que um país tem no outro provoca disfunções e prejuízos dignos de um bombardeio. No começo dos anos 2000, as dezenove empresas mais ricas do mundo possuíam um volume de riqueza maior que a metade mais pobre dos Estados do mundo (NYE JR, 2002) e, este dado, por si só, demonstra o papel deste tipo de influência que surge da força econômica das grandes potências.

A esse respeito, também deve ser citado a influência comercial do poder econômico. Foi integrando o México ao NAFTA que os Estados Unidos conseguiram satelitizá-lo de fato. Para unificar os ducados alemães, o governo prussiano da primeira metade do século XIX apostou na união aduaneira chamada *Zollverein,* da mesma forma que, a União Européia, corresponde o projeto contemporâneo de unificação da Europa sob o condomínio franco alemão (HUNTINGTON, 2000).

Uma observação ainda cabe ser feita sobre o poder econômico. É ele que sustenta o poder militar. Grandes forças militares exigem grande soma de divisas da mesma forma que o desenvolvimento tecnológico – imprescindível para eficiência militar em nossa época também só é conseguido por meio de um grande investimento em recursos impossíveis para um Estado pobre. Neste sentido, boa parte do nacional desenvolvimentismo brasileiro que foi levado aos extremos pelos governos militares tinha

como objetivo transformar o Brasil em um Estado autossuficiente em materiais de emprego militar[5].

Quanto ao poder das ideias, certamente muito há de ser dito. Aquilo que Edward Carr chamou de "*poder sobre a opinião*" (CARR, 2001, p.172) Joseph Nye, em um trabalho mais recente chamou de "*Soft Power"* (NYE JR., SD), Assim como até os ditadores necessitam da popularidade, um partido, em um sistema democrático, necessita da aprovação popular para ser reeleito, e, quando o assunto é este tipo de poder "brando" a propaganda e os meios de comunicação em massa possuem uma importância crucial. E, como escreveu Edward Carr (2001, p.172):

> O poder sobre a opinião é, portanto, não menos essencial aos objetivos políticos do que o poder econômico ou militar, e tem estado sempre associado a eles. A arte da persuasão sempre se constituiu numa parte necessária da bagagem de um líder político. A retórica tem um registro longo e honrado nos anais dos estadistas. Mas, a opinião popular, que considera a propaganda como uma arma substancialmente moderna, é, apesar de tudo, fundamentalmente correta.

Na política entre os Estados, o papel da ideologia, da propaganda e da ciência são de grande destaque. No período de confrontação bipolar, principalmente a união soviética buscava influenciar o terceiro mundo com o marxismo leninista, que era muito bem aceito nas universidades, sindicatos e organizações clandestinas na América Latina, África e Ásia; boa parte da política imperial dos EUA é apresentada ao mundo segundo justificativas liberais, assim como o liberalismo é o elemento de afinidade que vinculam os Estados Unidos com os seus admiradores em todas as partes do mundo. As afinidades culturais constituem um sólido cimento para os alinhamentos internacionais (HUNTINGTON, 1994; 1996) e, junto com tais afinidades, programas de intercâmbio acadêmico e os produtos da indústria cultural são elementos importantes para a conquista da opinião pública em outros Estados.

[5] A leitura de clássicos da Geopolítica brasileira, especialmente os textos de Golbery do Couto e Silva (1981) tornam inteligíveis planos aparentemente desconexos do governo militar brasileiro (de quem Golbery foi um dos principais mentores). A política de ocupação territorial e de expansão da base industrial e energética do Estado brasileiro tem em suas origens o senso da necessidade de melhoria do poder nacional brasileiro objetivando, sobretudo, contrapor a influência argentina na bacia do rio da Prata (MELLO, 1997).

Estas três expressões do poder nacional, e passaram a ter uma importância tão grande para o trabalho do analista que, na década de 1980, Zbigniew Brzezinski**,** usou da mesma concepção para avaliar as capacidades da URSS. A análise de Brzezinski é a que melhor se encaixou a realidade dos fatos daquela época: o poder soviético, não só era o detentor de um vasto império continental na porção central da Eurásia, como também estava e em franca expansão em outros continentes[6]. Tal fato, porém escondia uma deficiência estrutural que Brzezinski teve o mérito de constatar.

Apesar de ter uma conduta solidamente organizada por uma ideologia e influenciar sociedades de todos os continentes[7]; apesar de possuir forças militares de prontidão para um novo conflito mundial, falta aos soviéticos um aparato econômico suficientemente grande para sustentar seu império. E foi as demandas por mais riqueza oriundas da necessidade de sustentar sua esfera de influência e manter a corrida armamentista com os EUA que levaram a URSS primeiro a exaustão e depois ao colapso.

A lógica da política do poder é uma lógica expansiva, onde as esferas de influência tendem a entrar em choque. Tais influências aparecem com diferentes roupagens e fazendo uso de diferentes discursos. Direitos humanos, superpopulação e meio ambiente são algumas das questões que, legítimas de fato, servem de motivos para o acirramento das disputas e chegam, por vezes, sugerir a existência de alinhamentos estratégicos. Focaremos nossa análise nas implicações geopolíticas que podem assumir a questão ambiental no que toca o discurso em si, conforme conferimos no próximo item.

[6] No começo da década de 1970 o ocidente havia recuado em praticamente todas as frentes estratégicas da guerra fria. Com a derrota estadunidense no Vietnã o socialismo, e junto com ele as bases navais soviéticas chegaram ao sudeste asiático. As independências das colônias portuguesas na África fizeram com que surgissem novos Estados comunistas na África; o socialismo triunfou na Nicarágua e a influencia cubana chegava a todo Caribe; em 1980 os soviéticos invadiram o Afeganistão e ficaram mais próximos do oceano Índico; no oriente médio, a revolução islâmica destruía todo o dispositivo de alianças organizado pelos EUA nesta região. Todos estes fatos considerados em conjunto fazem para demonstrar a ineficiência da política de coexistência pacífica dos EUA para todo o primeiro mundo.

[7] Na verdade Brzezinski (1986) levanta também questões quanto a popularidade do marxismo leninista na década de 1980. Para este o autor, a URSS de 1980 era de fato uma potência unidimensional, ou seja, depois de quatro décadas de guerra fria, os soviéticos tinham a seu favor um aparato militar difícil de ser sustentado sendo que, foram as excessivas despesas militares que colocaram por terra todo o império vermelho.

AS FRONTEIRAS DOS ESTADOS E AS FRONTEIRAS DA HUMANIDADE

A humanidade se depara hoje com uma encruzilhada histórica. O modelo de desenvolvimento econômico se tornou global, com fluxos cada vez mais constantes de pessoas, informações e mercadorias, principalmente no segundo pós-guerra. Os efeitos do atual modelo de desenvolvimento degradam a capacidade ecológica do planeta, tornando perigosamente escassos os recursos mais elementares à manutenção da vida sobre a Terra. Prejuízos das reservas de água potável, perdas pedológicas por erosão, salinização ou outras formas de inviabilização do solo, danos causados às reservas de pescado (tanto pela poluição, pela construção de barragens como também pela própria pesca predatória) são particularmente preocupantes, porque põe em perigo, em longo prazo a segurança alimentar das diferentes populações do planeta. Todavia, ainda, segundo relatório da FAO (2011), o grande responsável pela insegura alimentar em escala mundial, continua sendo a oscilação de preços, seguida pelo desperdício.

As questões referentes à poluição atmosférica e às mudanças climáticas[8] põem em debate a questão do desenvolvimento de países como Brasil, Índia e principalmente a China. Estes países tiveram uma industrialização recente, e que hoje são citados como candidatos a potências mundiais. Em contrapartida, uma corrente de céticos, como é o caso de Molion (2012), afirmam que as mudanças climáticas, nada mais são que uma falácia construída com objetivos de dominação por parte dos países do centro capitalista. Os dois casos mostram a emergência da questão ambiental como um campo de disputas nos planos econômico, político e ideológico. Contudo, a degradação do planeta (mares, lagos, rios, oceanos, solos, florestas, ar) e a possibilidade de extinção da humanidade a médio e longo prazo por falta de recursos, decorrente do modelo de exploração vigente, são incontestáveis, tendo tamanha importância que o fator ambiental é buscado por

[8] Nesse sentido, em 1997 foi assinado por mais de 160 países o protocolo de protocolo de Kyoto que determina a redução da produção de gases do efeito estufa pelos países industrializados, em média 5,2% em relação ao ano-base de 1990 durante o período 2008-2012 e estimula o desenvolvimento de tecnologias sustentáveis. Institui, também, mecanismos de flexibilização que dão origem aos chamados “créditos de carbono” que nada mais é que uma compensação financeira para a manutenção da poluição. Quando a Rússia ratificou o Protocolo de Kyoto em 18 de novembro de 2004, os requisitos para usa efetivação foram cumpridos, e o Protocolo entrou em vigor no dia 16 de Fevereiro de 2005, embora o maior poluidor mundial (EUA) não tenha ratificado o acordo. No ano de 2012, ocorre a prorrogação até o ano de 2020, sem contar com o apoio dos EUA, Japão, Rússia, Canadá e Nova Zelândia.

alguns autores como um novo paradigma que dê conta de preencher as lacunas do pensamento positivista e substitua a concepção moderna de ciência que, segundo Boaventura de Souza Santos (2003), se encontra em crise paradigmática por não conseguir responder às questões da sociedade atual e por trazê-la até o ponto onde se encontra hoje em virtude da fragmentação do homem e da natureza como realidades distintas e independentes.

A questão ambiental encontra sua dimensão geopolítica em dois pontos: o primeiro deles diz respeito à escassez de recursos cruciais para a sobrevivência humana. Quando tais recursos começarem a faltar para as populações dos países desenvolvidos do norte, os vácuos de poder localizados na América Latina, África e Ásia são (e serão) alvos da ocupação econômica ou mesmo de intervenções militares. Esta é uma situação potencial que não deve ser ignorada em primeiro lugar por que o mundo já testemunhou experiências como estas: em 1967, Israel tomou da Síria as colinas de Golan para assumir controle de nascentes de água potável; em 1963 Brasil e França mobilizaram suas marinhas para guerrear pelo pescado de lagosta nas costas brasileiras[9]; a escassez de alimentos estimulou o ódio entre Hutus e Tutsis em Ruanda, levando o massacre dos segundos pelos primeiros (DIAMOND, 2006).

Na realidade, a escassez de recursos é um dos pontos centrais da questão ambiental moderna. Tal questão começa a tomar corpo no pós Segunda Guerra. O fim do grande conflito mundial e a demonstração do potencial destrutivo do arsenal atômico apresentado pelos EUA em Hiroshima e Nagasaki marcam um período de tomada de consciência do perigo ambiental e da possibilidade de destruição do planeta, a tal ponto que nem mesmo a máquina propagandística do Pentágono e Hollywood conseguiram arrefecer o processo (SHAIN *apud* SCHIMIDT, 2008). A consolidação se dá, em escala internacional, no final da década 60 e início da década 1970 (SCHMIDIT, 2008).

Simultaneamente, a onda neomalthusiana passa a ter importante papel no cenário internacional. Ao contrário dos adeptos da transição demográfica que entendiam o *boom* populacional nos países subdesenvolvidos como uma fase necessária, devendo

[9] Em 1961, pescadores franceses se deslocaram para o litoral do nordeste brasileiro em busca da lagosta. Tal deslocamento se deve à redução da população desse crustáceo em virtude da pesca predatória na costa europeia e africana, dificultando o abastecimento nacional desse item muito apreciado pela culinária do país. Sentindo-se lesado em sua soberania, o Brasil, após um período, endureceu o discurso. Após uma série de acordos, protestos e ameaças (a França chegou a lembrar ao Brasil que é detentora de poder atômico, enquanto seu adversário não) o imbróglio foi resolvido em 1963.

haver investimentos em desenvolvimento para atingir a estabilidade demográfica, os neomalthusianos associavam o crescimento populacional com a escassez de recursos, culpando erroneamente o crescimento demográfico dos países subdesenvolvidos pela falta de recursos[10], não considerando o fosso existente entre o padrão de consumo, por exemplo, entre um morador do Bangladesh e um novaiorkino (DAMIANI, 1991). Nesse sentido, o Clube de Roma[11] publica, em 1972, um trabalho encomendado a um grupo do Instituto de Tecnologia de Massachusetts. O documento recebeu o nome de "*Limites do Crescimento*" e apontava para a impossibilidade de manutenção do consumo dos recursos do planeta segundo os moldes em vigor. Essa representação, um tanto apocalíptica, entende o planeta como um barco superlotado em processo de afundamento (RUFIN, 1991) Somado a isso, proliferam-se os desdobramentos negativos da industrialização e da urbanização, sentidos principalmente nos países desenvolvidos.

Um segundo ponto que se presta ao debate é aquele referente à ascensão de novos países desenvolvidos. Por décadas os Estados de industrialização recente buscaram fórmulas para o desenvolvimento de um parque industrial completo. Eram seus objetivos: o rompimento da dependência econômica, a manutenção de uma política de pleno emprego, o rompimento com estruturas sociais agroexportadoras e o fortalecimento do poder nacional. Por décadas nos países da América Latina, governos de diferentes tonalidades ideológicas governaram sob o imperativo do desenvolvimento.

Sobre essa questão, o mencionado documento do Clube de Roma afirma a necessidade do "*crescimento zero*", mantendo o ordenamento e a distribuição industrial em voga naquele momento, beneficiando os países desenvolvidos. Em sentido parecido, o Protocolo de Kyoto (desdobramento da Eco-92), cria o sistema chamado "*Créditos de Carbono*", tendo uma modalidade chamada de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL). Por meio dele, projetos de redução de emissões em países em desenvolvimento,

[10] Diversas políticas de controle populacional foram criadas nos países subdesenvolvidos, os quais também sofreram atuação de instituições que compartilhavam dos mesmos objetivos, é o caso, no Brasil, da BEMFAM. Ela é uma instituição de origem europeia (Londres, Inglaterra) e subsidiada por organismos e empresas internacionais, como o Banco mundial, a Fundação Ford e a Fundação Rockfeller. Em 1966, a Bemfam já estava participando do controle da natalidade no Brasil. Sob o rótulo de "planejamento familiar", dissimula políticas de controle de natalidade. A BEMFAM é alvo de diversas acusações de esterilização involuntária em pessoas de ambos os sexos.

[11] Criado em 1968 o Clube de Roma, um grupo de profissionais de diferentes áreas do alto escalão dos governos dos países do centro capitalista com a finalidade de discutir o crescimento econômico e o uso dos recursos no mundo atual (RIBEIRO, 2005).

que não possuem metas de redução de emissões de gases estufa, podem ser transformados em reduções certificadas de emissões (CER) e, assim, negociadas como os países que tenham metas de redução de emissões (tendo validade nos setores energético, de transporte e florestal). Em suma, enquanto os países industrializados mantém suas atividades industriais, podem pagar a um país em desenvolvimento para cumprir sua obrigação com o protocolo.

Dito isso, nos atenhamos, então, a um modelo geopolítico que nos ajude a sistematizar essa questão. O pós guerra fria tem se mostrado um interessante objeto de estudo não apenas pela imprevisibilidade de rumos do sistema internacional, como também pelo imenso número de temas a serem discutidos. De fato, o fim daquela estrutura rígida do mundo bipolar não apenas acirrou alguns dos problemas de segurança que existiam bem antes de 1989, como também, em termos estruturais, acentuou as diferenças entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Do ponto de vista acadêmico, problemas relativos ao equilíbrio estratégico e a proliferação de armas de destruição em massa foram substituídos por uma pluralidade de temas que vão da observância aos direitos humanos aos problemas de natureza ambiental (TÍLIO NETO, 2003).

O mundo do pós guerra fria, diferente de como afirmam alguns não é necessariamente mais pacífico do que aquele da guerra fria (FUKUYAMA, 1992). Para citar alguns exemplos, dois dos três maiores genocídios do segundo pós guerra aconteceram na década de 1990[12] (HUNTINGTON, 1996) e o número de intervenções envolvendo as grandes potências foi proporcionalmente maior nas décadas de 1990 e 2000 do que nos quarenta anos de confrontação bipolar. Ainda que os riscos de uma confrontação global com o uso de artefatos nucleares no imediato pós segunda guerra fosse constantemente veiculado pela grande mídia e que conflitos localizados, como a guerra das coréias e do Vietnã, se tornassem contendas de grandes proporções; o pós guerra fria é a época das intervenções dos grandes Estados, onde o que se está em jogo é a manutenção de *status quo* dos EUA e, principalmente, a autossuficiência de recursos naturais estratégicos, cujo exemplo mais citado é o petróleo.

Este fato, como disse Jean Rufin (1991), redunda em uma nova *diplomacia das canhoneiras* e inverte o eixo de tensões mundiais do sentido leste oeste – como foi até

[12] São considerados os maiores genocídios do segundo pós-guerra: o promovido pelo exército paquistanês em Bangladesh em 1971, o de Ruanda em 1994 e o promovido pelos sérvios em 1995.

1989 – para o sentido norte sul. E Rufin (1991, p. 16), em muito influenciado pela primeira guerra do golfo (1991), assim escreveu:

> Essa contradança de pontos cardiais tem algo de religioso, como um sinal da cruz planetário. É, ao mesmo tempo, ideal, abstrato, celeste e terrivelmente prático. Os economistas especializados em subdesenvolvimento, cansados dos trópicos, entram para o BERD (Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento) e aprendem polonês. Simultaneamente, os estados maiores repintam os seus blindados de areia, apontam seus mísseis para o sul e estudam a dissuasão do fraco pelo forte [...].

No mundo concebido por Rufin, exibe algumas diferenças notáveis daquela concepção clássica da guerra fria, onde os dois pólos de poder se confrontavam num esforço de satelitização do terceiro mundo. Os países de capitalismo central - os grandes vencedores da guerra fria - não se defrontam hoje com um pólo unificado de poder como fora o bloco soviético, mas com um inimigo difuso, desorganizado, carente de desenvolvimento econômico e de democracia, e que vão ameaçar os estados do norte desenvolvido, com perigos indiretos, como a migração em massa e desordenada, a criminalidade internacional e os riscos ambientais.

A essas palavras, juntamos algumas nossas: o nacional desenvolvimentismo praticado pelos novos países industrializados da América Latina, África e Ásia foi sem dúvida a maior ameaça que os países do hemisfério sul ofereceram, pois, foi este o comprovante maior da convicção de que países como Brasil, Argentina[13], África do Sul e Índia tinham capacidade de realizarem suas aspirações nacionais e se tornarem grandes potências.

A assimetria entre fortes e fracos é um tema caro a aqueles que se debruçam sobre a discussão das relações internacionais. Edward Carr, em seu esforço para

[13] Argentina, Chile e Uruguai são exemplos particulares dentro do nacional desenvolvimentismo. Como lembra Monis Bandeira (2003) estes três países foram os únicos de toda a história de ter deliberadamente optado por um processo de desindustrialização. Isso aconteceu durante a ditadura militar dos três respectivos países e, certamente, foi essa a marca de distinção com o governo militar brasileiro, que não só conservou como também ampliou as bases industriais da economia brasileira. No caso particular da Argentina, os motivos fundadores da industrialização estão no conflito que historicamente tem dividido a elite rural da elite urbana. Os governos militares das décadas de 1970 e 1980 possuíam uma sólida base ruralista e, com isso, surge o impulso a situar o país como uma potência puramente agroexportadora. O segundo motivo está no combate ao peronismo, movimento este que tem uma ampla base de apoio entre o proletariado industrial.

delimitar o escopo político do administrativo e o escopo político do jurídico, faz observações que são dignas de nota para a questão por nós focada. Escreveu Carr:

> embora não se possa definir a política exclusivamente em termos de poder, é seguro dizer-se que o poder é sempre um elemento essencial da política. Para se entender um assunto político, não basta (como bastaria no caso de uma questão legal ou técnica) saber do que se trata. É necessário, também, saber quem está envolvido. Uma questão, levantada por um pequeno número de indivíduos, não constitui o mesmo fato político do que a mesma questão levantada por um sindicato poderoso e bem organizado. Um problema político entre Grã Bretanha e Japão é algo bem diferente do que possa ser o mesmo problema entre Grã-Bretanha e Nicarágua. (CARR, 2001, p. 135).

A assimetria verificada entre o poder dos Estados indica, geralmente, quem leva a culpa pelas faltas ambientais. Assuntos ambientais não são os únicos em trazer no seu bojo a assimetria entre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento. Nas conferências da ONU sobre superpolução, realizadas nas cidades de Bucareste, Cairo e Cidade do México os países subdesenvolvidos foram responsabilizados pelo aumento quantitativo da população mundial, e, mesmo sob o forte argumento de que o padrão de consumo dos povos do norte era muito superior a aqueles registrados pela população dos países subdesenvolvidos, foi o mundo subdesenvolvido, especialmente Índia e China que tiveram que arcar com um custoso e violento controle de natalidade. Nos foros internacionais, geralmente tanto a concepção quanto do que seria a crise ambiental como as propostas de solução para elas não são da mesma natureza, segundo Tílio Neto:

> Em tal contexto a ecopolítica internacional é fortemente influenciada pelo poderio econômico. Isso gera uma situação de antagonismo entre os países mais desenvolvidos e os países em desenvolvimento – ou, em termos já consagrados nas relações internacionais, entre os países do “Norte” e os do “Sul”. (TÍLIO, 2003, p. 59).

De um ponto de vista multilateral, ou seja, da construção de uma agenda de objetivos como foi a Agenda 21, o problema da manutenção do desenvolvimento pelos que já possuem, e a necessidade de desenvolvimento dos que conseguem vislumbrar tal possibilidade entram em choque. No que toca o caráter administrativo da questão se torna

ainda mais problemática, pois, o gerenciamento do projeto continua sendo mais influenciado pelos países do norte desenvolvido, conforme escreve Tílio:

> Esse desinteresse resulta em um certo impasse, pois, se é o Sul quem vincula com maior afã meio ambiente e desenvolvimento, quem comanda a agenda ambiental continua sendo o Norte. O antagonismo entre ambos faz com que aumente dos dois lados o uso instrumental do discurso ambientalista, o que por si só leva à politização da questão ambiental. (TILÍO NETO, 2003, p.60).

Do ponto de vista da segurança, é certo que muito ainda está para ser debatido, porém, as perspectivas não são melhores do que aquelas que envolvem a esfera da cooperação. A questão é complexa e envolve o uso instrumental do discurso ambiental para legitimar as intervenções militares, envolve a necessidade das potências detentoras de criatividade tecnológica de novas matérias-primas, a necessidade de água potável e ar puro pela população mundial como também, envolve a carência de consenso que se tem com questões referentes ao desenvolvimento econômico desigual das diferentes comunidades do planeta. O mundo do pós guerra fria não é um mundo mais pacífico, é na verdade um mundo de novos blocos de Estados, de novos arranjos e de novas fronteiras entre as nações. E essas fronteiras separam os países do norte dos países do sul.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tentamos no espaço deste artigo fazer uma relação importante para o mundo contemporâneo vinculando a noção de *política de poder* com a temática ambiental. Entendemos, portanto, que política de poder é a prática dos Estados de projetar para o cenário internacional o seu *poder nacional*, e este último, possui várias facetas e se manifesta de diferentes maneiras.

A questão ambiental, conforme posta nos foros internacionais dá ensejo a uma nova linha de debates onde transparecem as dualidades entre os Estados desenvolvidos do hemisfério norte e os estados em desenvolvimento ou subdesenvolvidos do hemisfério sul. Evidentemente que a questão ambiental não é a única componente desta grande

dualidade, mas, certamente é um ponto chave, pois traz em seu âmago a questão do desenvolvimento industrial e tecnológico que historicamente tem sido a fonte de poder das potências do norte e um objetivo estratégico para os países do sul que passaram por algum tipo de desenvolvimentismo. Tal diferença já é observada nos atuais debates onde, diga-se de passagem, os países do hemisfério sul aceitaram a questão com muito mais seriedade que as potências desenvolvidas.

A questão envolve também problemas de segurança mais profundos. É no âmbito ambiental que estão alocados recursos estratégicos para a sobrevivência das populações humanas e é a água o exemplo mais citado a esse respeito. Países tropicais, grandes detentores de água doce e biodiversidade não devem descuidar de seus meios de defesa, pois, é muito possível serem estes países os portadores dos bens naturais que serão os motivos das próximas guerras.

Desde 1945 a humanidade não assiste uma guerra entre as grandes potências, e esta tendência deve continuar. Guerras de manutenção de *status quo*, como a que os EUA travam nos nossos dias contra o Iraque e o Afeganistão são uma tendência crescente, e a questão ambiental pode vir a se tornar um dos motores deste processo.

Antes do ponto final, devemos ainda dizer que, são esses países em desenvolvimento o pivô de uma nova era prestes a se iniciar[14]. Dizemos isso por um motivo simples: países como o Brasil, que possuem uma boa quantidade de fundos territoriais a serem efetivamente ocupados ainda tem escolhas importantes a serem feitas. Neste caso particular, é muito importante dizer que um setor secundário sustentável é a chave dessa referida nova era. A indústria, bem mais que a agricultura, possui potencial para o desenvolvimento sustentável, garantia de pleno emprego e de autossuficiência tecnológica. Parece ser este o ponto de equilíbrio que deve ser estabelecido entre a conduta nacional-desenvolvimentista e a ambientalista, ponto de equilíbrio este que deve projetar nosso país para um novo momento que está por chegar.

[14] Exemplo disso é a importância crescente dos países em desenvolvimento no G-20 (grupo dos países mais desenvolvidos) e as discussões entre os BRICS (principais econômicas em desenvolvimento) para a criação de um Banco do grupo para financiar o desenvolvimento, em oposição ao Fundo Monetário Internacional (FMI).

REFERÊNCIAS

BRZEZINSKI, Zbigniew. **EUA X URSS:** O grande desafio. Rio de Janeiro: Nórdica, 1986.

CARR, Edward Hallett. **Vinte Anos de Crise:** 1919-1939. Uma Introdução ao Estudo das Relações Internacionais. Trad. Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001.

CARR. Edward Hallett. **Vinte anos de crise: 1919 – 1939. Uma introdução ao estudo das Relações Internacionais**. Brasília: Editora INB/ Instituto de Pesquisa em Relações Internacionais, 2001.

CASTRO, João Augusto de Araújo. O poder nacional: limitações de ordem interna e externa. **Parcerias estratégicas.** (Gabinete do Ministro extraordinário de projetos especiais. Centro de estudos estratégicos). Brasília, CEE, Vol 1, nº 1, Maio de 1996.

CLINE, Ray S. Avaliação do poder mundial. **A Defesa Nacional.** Revista de Assuntos Militares e estudo de problemas brasileiros. Rio de Janeiro, Ano LXVII, Nº 688, p. 59 – 71, Mar/Abr. – 1980.

COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia Política e Geopolítica -** Discursos sobre o território e o poder. São Paulo: Edusp, 1992.

COUTO e SILVA, Golbery do. **Conjuntura política nacional o poder Executivo & Geopolítica do Brasil.** 3 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.

DAMIANI, Amélia Luiza. **População e Geografia**. São Paulo: Contexto, 1991. (Coleção Caminhos da Geografia)

DIAMOND, Jared. **Colapso:** como as sociedades escolhem o fracasso ou o sucesso. São Paulo: Record, 2006.

FAO – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A AGRICULTURA. Relatório sobre a fome no mundo em 2011: volatilidade e alta dos preços devem continuar. Disponível em <https://www.fao.org.br/rsfm2011vapdc.asp> Acesso em 28 de março de 2013.

FUKUYAMA, Francis. **O fim da história e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

HUNTINGTON, Samuel P. A mudança nos interesses estratégicos americanos. **Política externa.** Vol., I N. 1, pp. 16-30, junho de 1992.

_____. Choque de civilizações? **Política externa**. Vol. II, n. 4, pp.120-141, Março, Abril, Maio, 1994.

_____.**O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1996.

_____. A superpotência Solitária. **Política Externa**. São Paulo. vol.8, n.4, p. 12-25, Mar./Abr./Mai. 2000.

MELLO, Leonel Itaussu. **A Geopolítica do Brasil e a bacia do Prata**. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1997.

_____ . **Quem tem medo da geopolítica?** São Paulo: Hucitec/Edusp. 1999.

MOLION, Luis Carlos. 2012. Disponível em <http://www.luisbuarque.com.br/wp-content/files_mf/1340202776SiteArtigoLuizCarlosMolion2.pdf>. Acesso em 8 de abril de 2013.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **Brasil, Argentina e Estados Unidos:** conflito e integração na América do Sul: Da Tríplice Aliança ao Mercosul - 1870-2003. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

MORAES, Antônio Carlos Robert (Org). **Ratzel**. São Paulo: Editora Ática, 1990.

MORGENTHAU, Hans. **A política entre as nações – a luta pela guerra e pela paz**. Brasília: Editora UNB/Instituto de pesquisas em relações internacionais, 2003.

NYE JR. Joseph. **Compreender os conflitos internacionais:** uma introdução à teoria e à história. Lisboa: Gradiva, 2002.

_____ .**Soft Power: The means to success in world politics**. Washington: Library of Congress Cataloging-in-Publication, SD.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração de Estocolmo sobre o Meio Ambiente Humano. **Anais...** Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano. Estocolmo, 6p., 1972. Disponível em: <http://www.educacaoambiental.pro.br/victor/unidades/DeclaraAmbienteHumano.pdf> Acesso em 28 de março de 2013.

RIBEIRO, Wagner Costa. Em busca de qualidade de vida. In: PINSKY, J.; PINSKY, C. B. (org.). **História da cidadania**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 545-561.

RUFIN, Jean Christophe. **O império e os novos bárbaros.** Rio de Janeiro: Record, 1991.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Um discurso sobre as ciências**. São Paulo, Cortez, 2003.

SCHMIDIT, Luíza. Políticas ambientais em Portugal – processo e insucessos entre o "global" e o "nacional". Congresso Português de Sociologia – **Mundos sociais: saberes e práticas**, n.6, 2008. Disponível em <http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/256.pdf> Acesso em 30 de março de 2013.

SEM alguns países, Protocolo de Kyoto é prorrogado até 2020. **Época Negócios** {online}. 09 dez 2012. Disponível em <http://epocanegocios.globo.com/Informacao/Acao/noticia/2012/12/sem-alguns-paises-protocolo-de-kyoto-e-prorrogado-ate-2020.html> Acesso em 10 de abril de 2013.

TÍLIO NETO, Petrônio de. **Soberania e ingerência na Amazônia Brasileira.** 2003. 143p. Dissertação (Dissertação em Ciência Política). Departamento de Ciência Política, Universidade de São Paulo, São Paulo.